

1914-1918

# O BRASIL NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

A LONGA  
TRAVESSIA



DARÓZ, Carlos Roberto Carvalho.  
*O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a longa travessia.*  
São Paulo: Editora Contexto, 2016, 208 p.



## IV – SEÇÃO DE RESENHAS

**SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL  
NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL****(Resenha do livro de Carlos Daróz)**ARMANDO ALEXANDRE DOS SANTOS  
(sócio emérito do IHGSP)

A Primeira Guerra Mundial foi denominada, por toda uma geração, como a *Grande Guerra*. Tão prolongada (1914-1918), monstruosa e apavorante tinha sido, que não poucos otimistas a consideraram “a última das guerras”, por acharem, no seu cândido *wishful thinking*, que constituía vacina suficiente para que nunca mais o gênero humano ousasse lançar-se em aventuras bélicas. O francês Aristide Briand (1862-1932), que foi presidente do Conselho de Ministros do Governo francês durante o conflito, levou a ingenuidade a ponto de promover, na década de 1920, uma campanha mundial de propaganda, para que todos os países inserissem, na letra das respectivas constituições, um artigo proibitivo das guerras. Briand chegou a conseguir, ao cabo de vários anos de tratativas diplomáticas, que 63 países firmassem em 1928 um pacto – gizado por ele e pelo secretário de estado norte-americano, Frank Kellogg (1856-1937) – conhecido como Pacto Briand-Kellogg, ou Pacto de Paris, condenando o recurso à guerra como meio de resolução de pendências internacionais e renunciando formalmente a servir-se dele. Entre os signatários desse pacto estavam Itália, Alemanha, Japão, Inglaterra e Estados Unidos, potências que, pouco mais de 10 anos depois, se envolveriam na Segunda Guerra Mundial. O projeto pacifista de Briand e Kellogg parecia, no clima psicológico dos anos 20, não só generoso, mas francamente admissível e realizável, de modo que os dois políticos foram tomados a sério e chegaram a ser premiados com o Nobel da Paz, o francês em 1926 e o norte-americano em 1929. Seu sonho, obviamente, foi rapidamente esquecido e o mundo se precipitou, como se sabe, rumo a outro conflito mundial – o de 1939 a 1945 – que a todos fez parecer pequenina a guerra anterior que se pretendia a Grande Guerra, e que passou a ser denominada, a partir daí, mais modestamente como Primeira Guerra Mundial.

A participação do Brasil na Primeira Guerra foi efetiva, mas está hoje quase completamente esquecida na memória coletiva dos brasileiros – a mesma memória que conserva lembranças vivas da Segunda Guerra Mundial e até, surpreendentemente, da Guerra do Paraguai, ocorrida muito antes, de 1864 a

1870. Explica-se. A Guerra do Paraguai marcou nosso povo de modo incomparavelmente mais profundo. Foi o maior e mais prolongado conflito externo em que se envolveu o Brasil depois da Independência. Seus principais lances ficaram gravados nas páginas da História, foram estudados nos livros escolares, foram – e continuam sendo – transmitidos de geração em geração pelas nossas Forças Armadas. Mesmo entre a população civil, as recordações dos antigos combatentes do Paraguai continuaram sendo transmitidas por seus descendentes. As designações de numerosos logradouros públicos, em cidades de todo o Brasil, também perpetuam a recordação de heróis e episódios da campanha do Paraguai. E por vezes essa recordação se dá de modos inusitados... O jornalista francês Gilles Lapouge recorda, a propósito, um pequeno fato muito curioso. Quando jovem, na década de 1950, residiu em São Paulo na rua Barão de Tatuí, vizinho de uma casa na qual havia um papagaio que, todas as manhãs, proferia insultos e imprecações em castelhano e imitava sons de bombas explodindo. Esse papagaio, conforme lhe contaram, havia sido trazido do Paraguai mais de 80 anos antes, por um voluntário brasileiro que o encontrara entre prisioneiros e feridos inimigos. O papagaio havia aprendido a “falar” durante os combates e em meio ao tiroteio, ouvindo os paraguaios insultarem os brasileiros. Quase um século depois, ainda perpetuava daquela forma a lembrança dos combates presenciados na juventude\*... Outro exemplo: a cidade em que resido, Piracicaba, é cortada por um caudaloso rio de mesmo nome. Na margem esquerda do rio situa-se a parte mais antiga da cidade, fundada em meados do século XVIII; na margem direita, durante muito tempo apenas havia propriedades rurais, mas há cerca de 100 anos se estabeleceu um bairro popular, habitado inicialmente por imigrantes de origem italiana; mais tarde, esse bairro cresceu, tomou importância e, em redor dele numerosos outros bairros se constituíram. O rio, que inicialmente marcava o limite extremo da área urbana da cidade e depois passou a demarcar certa diferenciação sócio-econômica entre os moradores de ambas as margens, hoje apenas corta a cidade ao meio. O curioso é que, entre os mais antigos moradores da cidade, havia o costume de designar a outra banda do rio como “Paraguai”: na margem esquerda, moravam os “jequitibás”, ou seja, os que tinham raízes sólidas na terra, paulistas antigos, geralmente mais ricos e poderosos que os imigrantes; na margem direita, residiam os ádvenas, chamados de “paraguaios”...

Também a participação do Brasil na Segunda Guerra ainda é bem lembrada no Brasil, e isso se explica facilmente. Em primeiro lugar, pela proximidade temporal; depois, pelo impacto muito grande que produziu no Brasil a participação heroica da FEB; tudo isso acrescido ao fato de a propaganda do Estado

---

\* Cfr. *En étrange pays*. Paris: Éd. Albin Michel, 2003, p. 108-110.



Novo lhe ter dado grande destaque, até 1945, e, depois disso, se ter mantido longamente a celebração do feito.

Entre esses dois grandes conflitos externos em que o Brasil atuou de modo tão visível, situa-se a Primeira Guerra, na qual nossa atuação foi bem mais discreta, explicando-se assim o relativo esquecimento, por parte do nosso público. O fato de nos meses finais da Guerra e nos primeiros do pós-Guerra ter ocorrido a terrível pandemia da chamada Gripe Espanhola, de 1918-1919, que foi extremamente mortal no Brasil todo, contribuiu também para que o participação brasileira nas operações bélicas parecesse, aos olhos da população, um episódio menor. \*

Praticamente só se encontram registros muito de passagem sobre essas operações nas obras de referência geral, de História do Brasil, e até mesmo de História Militar do Brasil.

Hernâni Donato, no clássico e bem documentado *Dicionário das Batalhas Brasileiras*\*\* , consagrou apenas 22 linhas à participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial. E a monumental *História do Exército Brasileiro*, editada em 1972 pelo Estado Maior do Exército, em três volumes que totalizam 1163 páginas, dedicou apenas um curto capítulo de 5 páginas\*\*\* ao assunto, o qual foi de todo omitido na *Introdução à história militar brasileira*, de Durland Puppim de Faria (org.), obra de reconhecido mérito que serve, na Academia Militar de Agulhas Negras, como livro de texto sobre História Militar brasileira\*\*\*\*.

Estudos mais aprofundados existem, mas quase todos muito técnicos e em geral produzidos por militares que escrevem para outros militares de formação, não sendo, por isso, acessíveis ao grande público não especializado. De um modo geral, pois, a bibliografia brasileira se omitiu no passado quase completamente a respeito da participação de nosso país na Primeira Guerra. O advérbio

---

\* Segundo o *Atlas Histórico da Fundação Getúlio Vargas* (<http://atlas.fgv.br/verbetes/gripe-espanhola> – acesso a 17/1/2017), cerca de metade da população mundial foi direta ou indiretamente atingida pela pandemia, que ceifou um número de vidas estimado entre 20 e 40 milhões de pessoas, bem mais, portanto, do que os 10 a 15 milhões vitimados pela Primeira Guerra Mundial. No Brasil, foram registrados mais de 35 mil óbitos, sendo 1/3 deles (12.700 pessoas) no Rio de Janeiro. Em São Paulo, que então possuía uma população de menos de 500 mil habitantes, morreram 5.328 pessoas. Em Porto Alegre, com 140 mil habitantes, os mortos foram 1.316. No Recife, que possuía 218 mil habitantes, ocorreram, só no mês de outubro de 1918, 1.250 óbitos. Esses números de mortos, já de si muito elevados, exprimem apenas uma pequeníssima parcela dos atingidos pelo morbo. A Parca ceifou vítimas em todas as classes sociais, desde as mais humildes até o presidente da República, Rodrigues Alves, que não pôde tomar posse em 15 de novembro de 1918 e faleceu nos primeiros dias de 1919.

\*\* Op. cit. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora/Ibrasa, 2001, p. 152-153.

\*\*\* Op. cit., vol. III, p. 819-823.

\*\*\*\* Op. cit. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2015, 392 p.

“quase” é devido a uma exceção que merece registro: o livro do Prof. Francisco Luiz Teixeira Vinhosa, premiado pelo IHGB em 1989 – infelizmente esgotado e a merecer urgente reedição\*.

A partir de 2014, ano centenário do início do conflito, numerosas publicações vêm sendo lançadas em toda a Europa e nos Estados Unidos, com análises novas sobre os pródromos da Primeira Guerra Mundial, sobre o desenvolvimento que teve e as respectivas consequências. Igualmente foram relançadas edições de obras clássicas, de há muito esgotadas, possibilitando novas interpretações e renovando antigos debates. Vale lembrar, a propósito, a grande produção memorialística de personagens maiores ou menores, protagonistas ou meros coadjuvantes do conflito, que deixaram depoimentos que, à luz da perspectiva histórica, adquirem novo interesse quase um século depois de escritas e publicadas. Na França, especialmente, são inúmeras as obras desse gênero, mas também na Alemanha e na Inglaterra elas são encontráveis em grande número.

No Brasil, o interesse pela Primeira Guerra Mundial, reativado pela lembrança do seu centenário, motivou o lançamento de um número considerável de livros estrangeiros, traduzidos e publicados por editoras brasileiras já desde os anos anteriores ao centenário propriamente dito\*\*. Vários desses livros são de real valor e constituem leitura obrigatória para os estudiosos do assunto. Bem pouco numerosos, entretanto, estão sendo, até agora, os livros escritos por brasileiros que realmente aportem novas visões e interpretações da Guerra. Quase exclusivamente têm saído obras de mera divulgação, não fruto de pesquisas e estudos aprofundados, mas apenas compilações e resumos de obras europeias ou americanas, produzidas um tanto apressadamente para atender a encomendas de editoras interessadas em aproveitar a oportunidade do centenário.

Uma exceção a essa pobreza editorial brasileira foi representada pela publi-

---

\* Vinhosa, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial (A diplomacia brasileira e as grandes potências)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1990, 259p.

\*\* Entre outros, Keegan, John. *História Ilustrada da Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Renato Rezende. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, 493p.; Arhur, Max. *Vozes esquecidas da Primeira Guerra Mundial: uma nova história contada por homens e mulheres que vivenciaram o primeiro grande conflito do século XX*. Tradução de Marco Antônio de Carvalho. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, 397 p.; Sondhaus, Lawrence. *A Primeira Guerra Mundial: história completa*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2013, 547 p.; MacMillan, Margaret. *A Primeira Guerra Mundial... que acabaria com as guerras*. Tradução de Gleuber Vieira. São Paulo: Globo Livros, 2014, 728p.; Ferguson, Niall. *O horror da guerra: uma provocativa análise da Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Janaína Marcoantonio. São Paulo: Planeta, 2014, 768 p.; Stevenson, David. *1914-1918: a história da Primeira Guerra Mundial*. Tradução de Valter Lellis. Barueri-SP: Novo Século Editora, 2016, 4 vols., total de 1076 p.



cação, em 2014, de *O Brasil na I Guerra Mundial*, do historiador militar Cel. Luiz Ernani Caminha Giorgis\*, que optou por fazer uma abordagem estritamente cronológica do assunto, relatando os acontecimentos no seu dia-a-dia. É obra de utilidade para consulta e referência para estudiosos do conflito.

Outra exceção digna de especial análise foi a do recente lançamento, pela Editora Contexto, do livro ora resenhado. Seu autor é Carlos Roberto Carvalho Daróz, coronel do Exército Brasileiro, professor de História Militar em instituições de ensino das Forças Armadas e também docente no programa de pós-graduação em História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Daróz alia sua formação militar e acadêmica com a prática diária em salas de aula, tanto em nível médio quanto superior. Habitou-se a exprimir em linguagem simples e quase coloquial assuntos complexos e frutos de pesquisas prolongadas. Sem nada perder da seriedade científica, consegue fazer-se entender dos alunos ou dos leitores. Isso o habilita a produzir obras que não são apenas de divulgação, mas são profundas e originais e, no entanto, ao alcance do grande público não especializado. Já comentamos, em resenha publicada alhures, outro livro seu, sobre a expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro\*\*.

O autor se filia à Nova História Militar\*\*\*, corrente historiográfica que estuda a História Militar numa perspectiva ampla, que não se limita – como era comum entre os militares historiadores do passado – a focalizar a atenção quase exclusivamente nas batalhas, mas estuda o fenômeno guerra inserido num contexto pluridisciplinar que engloba aspectos políticos, diplomáticos, culturais, geográficos, econômicos, culturais etc.

Na introdução, o autor contextualiza o conflito, expondo seus antecedentes próximos e remotos e focalizando os acontecimentos políticos e diplomáticos que levaram o mundo à catástrofe da guerra; estende-se na enumeração das fontes em que baseou seu livro, fruto de uma revisão da bibliografia brasileira, inglesa e norte-americana sobre a Guerra, de coleções de jornais e revistas da época, bem como de prolongada pesquisa em fontes primárias, na documentação disponível em arquivos e museus públicos ou privados, civis e militares, no Brasil e também no exterior; e, por fim, enuncia o objetivo de seu livro: “*enten-*

---

\* Gramado-RS: Clássica, 2014, 168p.

\*\* Santos, A. A. dos. Resenha do livro ‘A Guerra do Açúcar: as invasões holandesas no Brasil’, de Carlos Roberto Carvalho Daróz. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 468, p. 283-287, 2015.

\*\*\* Sobre a linha teórica da Nova História Militar, cfr. *Novas dimensões da História Militar* – antologia organizada por Russell F. Weigley, tradução do General Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2 volumes, 1981, total de 465 p. Ver também Parente, Paulo André Leira. *A construção de uma nova história militar*, em “Revista Brasileira de História Militar”, Rio de Janeiro, n. 1, dezembro de 2009.

*demos que chegou a hora de fazer justiça e evidenciar o papel desempenhado pelos brasileiros, ainda que modesto, mas com a convicção de que o conflito teve um custo para o Brasil. Ao todo, quase duzentos brasileiros perderam a vida nos navios e nos campos de batalha da Europa, a maioria vitimada pela pandemia de gripe espanhola e outros em decorrência de acidentes durante as operações” (p. 15).*

Vêm, a seguir, os cinco capítulos que constituem o corpo do livro, cada um deles referente a um dos anos do conflito:

O primeiro capítulo, intitulado “1914: O suicídio da Europa”, historia a Guerra desde seu estopim, o fatídico atentado de Sarajevo, no dia 28 de junho, quando foram assassinados o Arquiduque Francisco Ferdinando, herdeiro das coroas da Áustria e Hungria, e sua esposa a Duquesa Sofia de Hohenberg. Esse fato, sem dúvida trágico, não parecia de início suficiente para precipitar uma guerra; não era o primeiro, numa época em que assassinar soberanos, príncipes ou chefes de Estado havia se tornado quase um modismo\*; mas o fato é que nas semanas seguintes se azedaram as relações internacionais e a Europa, articulada que estava num sistema de alianças ofensivas e defensivas, rapidamente se viu envolvida numa guerra de proporções inauditas. O capítulo contém ainda uma exposição sobre a situação política, diplomática e econômica do Brasil no momento em que eclodiu o conflito; os dois maiores parceiros internacionais do Brasil eram a Inglaterra e a Alemanha – o que recomendava uma prudente posição de neutralidade no conflito que, segundo todos os prognósticos então correntes, deveria ser rápido. O Brasil, realmente, declarou-se oficialmente neutro e acolheu em seus portos 42 navios mercantes alemães e dois austríacos, que preferiram ficar em nossos portos a correr os riscos de retornar à Europa num contexto de guerra.

No segundo capítulo (“1915: Bloqueio submarino”) prossegue o relato dos acontecimentos bélicos nos campos de batalha europeus, mostrando como uma guerra que a princípio parecia dever ser curta – numa como que reedição da Guerra Franco-Prussiana de 1870 – tendeu a se prolongar indefinidamente, transformando-se numa lenta e sanguinária guerra de desgaste, na qual o mundo culto e refinado da *Belle Époque* se viu, de repente, diante da realidade nua e crua da guerra, com o prosaísmo e o horror das trincheiras, o terror da guerra química (gases asfixiantes), a extensão do conflito aos mares do mundo inteiro, o bloqueio marítimo que mutuamente tentaram estabelecer Inglaterra e Alemanha, a intensa atividade dos submarinos, forma traiçoeira de guerra, coexistindo paradoxalmente com a luta dos primeiros pilotos de caça, franceses e alemães, que ainda duelavam nos ares com nobreza, mantendo rituais e gestos da antiga

---

\* Cfr. Santos, A. A. dos. *O terrorismo no tempo dos nossos avós*. “Notícia Bibliográfica e Histórica” (PUCCAMP), v. 191, p. 423-427, 2003.



cavalaria medieval\*... O capítulo ainda expõe a divisão interna que havia, no Brasil, entre simpatizantes dos dois lados em conflito, especialmente na imprensa\*\* e na intelectualidade, mas também nas colônias de origem alemã ou italiana, muito numerosas no Brasil e, no conflito de 1914-18, colocadas em campos opostos. Alguns fatos desconhecidos do nosso público são revelados. Por exemplo, o episódio romanesco do jovem comerciante e violinista Fernando Buschman, brasileiro naturalizado que tinha nascido na França, mas era de origem alemã e residia em Londres, onde, de modo um tanto amadorístico, se pôs a enviar informações para a Alemanha. O aprendiz de espião foi rapidamente preso e fuzilado, aos 25 anos de idade, em outubro de 1915. Outro fato desconhecido: quando, em 1915, a Itália declarou guerra aos Impérios da Áustria e Alemanha, numerosos jovens brasileiros, argentinos e uruguaios, de origem italiana, se alistaram como voluntários. Mais de 4 mil, entre os quais 800 provenientes de São Paulo, chegaram a seguir viagem para a Itália a fim de somarem esforços aos seus compatriotas.

“1916: Forças despreparadas” é o título do terceiro capítulo. Nele, vemos a expansão ainda maior da guerra pelo mundo inteiro. Cada vez mais se caracterizava o conflito europeu por ser uma guerra de resistência e desgaste, dependendo ambos os lados de seu abastecimento por via marítima. Nações como Brasil e Estados Unidos, até então neutras e, como tal, lucrando com o comércio de víveres, intensificado durante os dois primeiros anos de guerra, foram, pouco a pouco, sendo envolvidas na dinâmica do conflito e sendo forçadas a tomar posição por um dos lados. Para essa eventualidade, o Brasil se encontrava totalmente despreparado, pois seu Exército e sua Marinha estavam tecnicamente muito defasados, como expõe em pormenores esse capítulo.

1917 foi o ano em que o Brasil passou da posição de neutralidade para a de beligerância. O quarto capítulo, “1917: A guerra chega ao Brasil”, mostra exatamente como se deu essa mudança de posição. Até o início de 1917, sem embargo dos bloqueios marítimos mútuos estabelecidos anteriormente, de modo geral foi respeitada pelos alemães a neutralidade de nações como Estados Unidos e Brasil, que comerciavam com ambas os lados. Mas em fevereiro de 1917 o Kaiser Guilherme II autorizou a guerra submarina sem restrições, contra quaisquer navios mercantes, de quaisquer bandeiras, que se aproximassem de portos franceses, ingleses e italianos. Nos dois meses seguintes, 11 navios norte-americanos foram atacados por submarinos alemães, o que levou os Estados

---

\* Cfr. Chambe, René. *No tempo das carabinas*. Tradução de Augusto Sousa. São Paulo, Flamboyant, 1961, 211 p.; VV.AA., *Les chasseurs du ciel – Première Guerre Mondiale*. “Historia Spécial”, 420 bis. Paris: Librairie Jules Tallandier, 1981, p. 2-67.

\*\* Ver, a respeito, Garambone, Sidney. *A Primeira Guerra Mundial e a Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, 112p.



Unidos a declararem guerra à Alemanha no dia 6 de abril. Dois dias antes disso, um navio mercante brasileiro, o Paraná, tinha sido afundado por um submarino alemão nas costas da França. A agressão despertou imediata indignação em todo o Brasil, e o Ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, que tinha origem alemã e era favorável à manutenção da política de neutralidade, foi pressionado a renunciar. No dia 11 de abril, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Império da Alemanha e no dia 22 de maio revogou oficialmente sua posição de neutralidade, declarando-se favorável aos Estados Unidos e seus aliados europeus. Mas somente em 26 de outubro do mesmo ano, depois do torpedeamento de outros navios brasileiros e da intensificação do clamor nacional por uma tomada de atitude enérgica por parte de nosso governo, o Brasil formalmente declarou guerra aos Impérios centrais. Era uma guerra, insistia-se, para a qual estava completamente despreparado, mas para a qual se viu arrastado. Os 42 navios de bandeira alemã que desde o início da guerra se encontravam abrigados em portos brasileiros foram, então, confiscados e incorporados à frota nacional.

No último dos cinco capítulos ("*1918: A longa travessia*") é resumidamente exposta a fase final da guerra europeia; nos dois primeiros meses desse ano não ocorreu mudança decisiva nos acontecimentos, prosseguindo a guerra de trincheiras tal como nos anos anteriores. Mas em março ocorreram mudanças importantes: os alemães assinaram com os bolchevistas russos o acordo de Brest-Litovsk, pondo fim à guerra na frente oriental, e puderam, assim, lançar suas forças integralmente na frente ocidental, tentando uma nova ofensiva. Esta teria sido fatal, para as tropas francesas e inglesas, se a defecção dos russos não tivesse sido compensada, com imensas vantagens, pela entrada na guerra dos Estados Unidos e, quase simultaneamente, do Brasil e de Portugal\*. Estavam acabando de chegar, a essa altura, os primeiros contingentes norte-americanos, de modo que, a partir de março, os combates retomaram todo o furor dos primeiros tempos da guerra.

A ofensiva germânica na França foi muito violenta, mas não conseguiu chegar, como desejava, a Paris. E em julho de 1918 foi possível aos Aliados lançar a sua contraofensiva, na qual as tropas norte-americanas desempenharam grande papel e garantiram sucessivas vitórias. A partir daí, os alemães foram cedendo terreno, cada vez mais. Em setembro, se rendeu a Bulgária, aliada dos Impérios centrais. Em outubro, foi a vez de a Turquia, outra aliada, igualmente capitular. Por fim, em novembro desabou de vez a gigantesca e formidável máquina de guerra dos Impérios Centrais. No dia 3 desintegrou-se o Império

---

\* De fato, Portugal já estava de certa forma envolvido na Guerra desde o seu início, no Ultramar, e desde março de 1916 era oficial o estado de guerra contra a Alemanha. Mas somente no dia 4 de abril de 1917 (dois dias antes de os Estados Unidos declararem guerra à Alemanha) as primeiras tropas portuguesas entraram efetivamente em combate, nas trincheiras das Flandres.



Austro-Húngaro; no dia 9 uma revolução republicana estourou da Alemanha e provocou, dois dias depois, a fuga inglória do Kaiser Guilherme II. Mais dois dias e, a 11, os novos senhores do poder na Alemanha derrotada assinaram o armistício que pôs fim à guerra.

É nessa fase final da guerra que entrou em cena o Brasil.

Declarada a guerra, o Brasil imediatamente confiscou e incorporou à frota nacional 42 navios de bandeira alemã que estavam em portos brasileiros desde o início do conflito. Eram quase todos navios mercantes e foram tomados pelas autoridades brasileiras sem dificuldades. Uma das embarcações alemãs, porém, que estava internada no porto de Salvador, era um navio de guerra, a canhoneira a SMS Eber. Sua tripulação já havia elaborado um plano de afundá-la, para que não passasse para o domínio brasileiro. Foi o que aconteceu. Quando o contratorpedeiro Piauí se aproximou, a tripulação provocou um incêndio e abriu as comportas, de modo que o navio em pouco tempo afundou na baía. A tripulação, que conseguiu se salvar, foi aprisionada.

Nos meses seguintes, continuaram no Atlântico os ataques de submarinos alemães a embarcações brasileiras. Nos Estados do Sul, em que era mais forte a presença de imigrantes de origem germânica, o governo federal, por recear perturbações da ordem pública e atos de sabotagem, declarou estado de sítio. Foi também elaborado um estudo sigiloso que previa o envio de um grande corpo expedicionário brasileiro para lutar na Europa, mas esse estudo, denominado Plano Calógeras, não chegou a ser posto em prática. Somente muito mais tarde, na década de 1930, foi tornado público.

Uma significativa colaboração do Brasil para o esforço de guerra foi representada pela Missão Médica Militar Brasileira, enviada para a França em agosto de 1918, sob a chefia do Dr. José Thomaz Nabuco de Gouvêa, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, civil comissionado no posto de coronel. Era constituída por 131 homens, entre médicos militares e civis comissionados, acadêmicos de Medicina e auxiliares. Durante a viagem, foi duramente atacada pela Gripe Espanhola, morrendo vários dos seus integrantes e ficando outros internados em um hospital da Argélia francesa. Quando chegou em Paris, a Missão Médica instalou um hospital militar destinado a socorrer feridos de guerra e, também, a população civil vitimada pela pandemia e prestou excelentes serviços, elogiados unanimemente pelos franceses. Mesmo depois de extinta a Missão, com o fim da Guerra, médicos brasileiros continuaram trabalhando no hospital até novembro de 1919, quando o governo brasileiro fez entrega das instalações do hospital à Faculdade de Medicina de Paris.

Aviadores militares brasileiros também atuaram, nos meses finais da Guerra e mesmo depois do armistício, incorporados à recém-criada Royal Air Force britânica, e ao US Naval Air Service. Também na Itália estiveram aviadores brasileiros em estágio, mas não chegaram a entrar em combate.

Nos últimos dias de 1917 foi constituída no Brasil uma comissão de estudos composta por 24 oficiais brasileiros que, sob o comando do General Napoleão Felipe Aché deveria partir para a França e se incorporar às operações de guerra, com o objetivo de obter informações e material bélico que pudessem ajudar o Exército brasileiro no seu esforço de atualização, de acordo com a doutrina militar corrente na França, diferente da escola prussiana, que até então tinha sido adotada entre nós. A Missão Aché, como foi chamada, não se limitou ao estudo teórico, mas boa parte de seus membros participaram ativamente de operações de guerra do Exército francês. Alguns chegaram a ser promovidos por desempenho corajoso, em combate.

A Marinha de Guerra brasileira desempenhou ativamente seu papel de policiar nosso extenso litoral e emprestou à marinha aliada considerável número de barcos capturados aos alemães em nossos portos. Esses barcos serviram às forças aliadas com tripulação brasileira. Foi também constituída uma Divisão Naval de Operações em Guerra (DNOG) composta por dois cruzadores, quatro contratorpedeiros, um tênder e um rebocador, com cerca de 1.500 homens, sob o comando do contra-almirante Pedro Max de Frontin. A missão de que foi incumbida era o policiamento da área compreendida entre o Senegal, o Arquipélago de Cabo Verde e o Estreito de Gibraltar, região de importância vital para o abastecimento dos Aliados e infestada por submarinos alemães.

Durante a travessia do Atlântico, já perto do litoral africano a Divisão chegou a ser atacada por um submarino germânico ao qual revidou com tiros de canhão, produzindo, ao que parece, seu afundamento. A atuação da DNOG foi comprometida, infelizmente, pela irrupção da Gripe Espanhola, que nos primeiros dias de setembro de 1918 atacou com grande violência a sua tripulação, que ficou muito desfalcada. Mais de 100 tripulantes morreram, 140 outros precisaram ser transportados de volta ao Brasil em estado muito grave, incontáveis outros foram também atingidos pelo morbo, mas conseguiram se recuperar. Perto de dois meses a DNOG precisou ficar imobilizada, na costa senegalesa, esperando a substituição dos tripulantes baixados e a recuperação dos doentes atingidos com menor gravidade. Somente no dia 3 de novembro pôde partir para a França, aonde chegou a 10, um dia antes de terminado o conflito mundial. Embora não tenha chegado a travar combates prolongados, foi muito pesado o saldo da “longa travessia” que inspirou, ao Coronel Daróz, o subtítulo de seu livro. *“A longa travessia da Divisão Naval estava encerrada: 156 oficiais e marinheiros brasileiros não tornariam a ver sua terra natal, cerca de 10% do efetivo total da DNOG, que totalizava 1.515 homens”* (p. 170), registra ele.

No total, a participação brasileira no conflito foi restrita, não ultrapassando dois mil o números de brasileiros diretamente envolvidos. Mesmo assim, ela foi suficiente para que, após o armistício, o Brasil tivesse assento na conferência de paz entre as potências vencedoras, obtendo compensações que do ponto de vista



material foram bastante vantajosas. O Brasil foi ressarcido do valor de seus navios afundados pelos submarinos e pôde incorporar definitivamente à sua frota, mediante pagamento meramente simbólico, os navios inimigos que confiscara no ano anterior.

O livro de Daróz tem o mérito do seu pioneirismo e do extenso esforço de pesquisa bibliográfica e nas fontes primárias; tem, sobretudo, o grande merecimento de resgatar, para as novas gerações, uma página injustamente esquecida da nossa história militar. É de desejar que o autor prossiga seus estudos sobre o tema e, numa próxima reedição, ou talvez em trabalho à parte, focalize outro importante aspecto da participação brasileira no conflito de 1914-18: o papel dos voluntários brasileiros que, muito antes da entrada oficial do Brasil na guerra, já nela se haviam incorporado como voluntários, servindo no Exército francês ou no inglês. São algumas dezenas. Os mais ilustres e famosos são os dois filhos da Princesa Isabel, Príncipes D. Luiz (1878-1920)\* e D. Antonio de Orleans e Bragança (1881-1918). Ambos se incorporaram ao Exército britânico desde o início do conflito, já que a legislação republicana francesa não permitia que servissem no exército francês. Muitos outros brasileiros também se apresentaram como voluntários e serviram no exército francês. O Conde d'Eu, em carta à Baronesa de Loreto, de 20-12-1917, se refere a mais de 40 brasileiros nessas condições, alguns dos quais condecorados por seu valor\*\*. Esses heróis também merecem ser resgatados do esquecimento, sobretudo num momento de intensa crise de valores, como o atualmente vivido pelo Brasil.

---

\* Santos, A. A. dos. *Um Príncipe brasileiro voluntário na Grande Guerra*. "Debater a História" (Vila Nova de Gaia, Portugal), v. Ano 2 n. 9, p. 40-47, 2015.

\*\* Santos, A. A. dos. *Cartas do Conde d'Eu à Baronesa de Loreto*. "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro", v. 467, p. 219-247, 2015.